



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2017.0000824962

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0007770-84.2013.8.26.0197, da Comarca de Francisco Morato, em que são apelantes/apelados LEUDITE ALCANTARA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), LUCIENE ALCANTARA DE FARIAS WATANABE (JUSTIÇA GRATUITA) e EDNELSON ALCANTARA DE FARIAS (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado/apelante AUTO ONIBUS MORATENSE LTDA.

ACORDAM, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram parcial provimento ao recurso dos autores e negaram provimento ao da ré. v.u.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente sem voto), EDGARD ROSA E AZUMA NISHI.

São Paulo, 26 de outubro de 2017.

Claudio Hamilton
RELATOR
Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 0007770-84.2013.8.26.0197

Comarca: Francisco Morato

Apte/Apdo: Leudite Alcântara de Farias, Luciene Alcântara de Farias Watanabe e Ednelson Alcântara de Farias (Justiça Gratuita)

Apdo/apte: Auto Ônibus Moratense Ltda

Juiz: Carlos Agostinho Tagliari

VOTO 16665

RESPONSABILIDADE CIVIL – ACIDENTE DE TRÂNSITO – Ajuizamento pela viúva e filhos da vítima – Vítima fatal – Nexo de causalidade e culpa comprovados – Pensionamento mensal à viúva até a data em que a vítima completaria 65 anos de idade, no valor equivalente a 1/3 do salário mínimo vigente na data do vencimento de cada parcela – Dano moral caracterizado – Padecimento pela perda do ente querido – Verba devida – Fixação em R\$ 66.000,00 em favor dos três requerentes - Majoração para R\$ 50.000,00 para cada autor – Princípios da razoabilidade e proporcionalidade – Recurso dos autores parcialmente provido, desprovido o da ré.

Trata-se de ação de conhecimento ajuizada por LEUDITE ALCÂNTARA DE FARIAS, LUCIENE ALCÂNTARA DE FARIAS WATANABE E EDNELSON ALCÂNTARA DE FARIAS contra AUTO ÔNIBUS MORATENSE julgada parcialmente procedente a ação principal e improcedente a reconvenção, resolvendo o mérito, nos termos do art. 269, inciso I do CPC, para condenar a requerida-reconvinte a pagar: I) pensão por morte em favor da autora Leudite Alcântara de Farias até a data que a vítima completaria 65 anos de idade, no valor equivalente a 1/3 do salário mínimo vigente na data do vencimento de cada parcela, devendo as prestações vencidas

serem atualizadas desde a data do vencimento de cada parcela até o efetivo pagamento pelos índices de correção monetária da Tabela Prática e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês desde a data do evento danoso e serem pagas de uma só vez. A requerida deverá também, quanto à vincendas, inserir a requerente em folha de pagamento; II) indenização por danos morais em favor dos três requerentes no valor total de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), na proporção de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) para cada autor, acrescido de correção monetária pela Tabela Prática e de juros de mora de 1% ao mês a partir da data da sentença.

Ante a sucumbência parcial, a requerida foi condenada a arcar com $\frac{1}{2}$ das custas e despesas processuais, ficando ainda a ré condenada ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência no montante de 10% do valor integral da condenação (principal + correção + juros), considerada, quando aos danos materiais, a quantia equivalente às pensões devidas até a data da sentença, tendo em vista a complexidade da causa, o tempo de duração do processo e o grau de zelo do advogado, bem como a sucumbência parcial, observando-se, quanto aos requerentes, que são beneficiários da assistência judiciária gratuita.

Apela a ré buscando a reforma do julgado sob o fundamento de que competia aos autores se desincumbirem do

ônus de provar os fatos narrados na petição inicial, não sendo razoável admitir que no horário em que o atropelamento ocorreu, às 23:30 horas, alguém além da vítima embriagada, pudesse estar na rua como se estivesse aguardando algo acontecer. Alega a ré que a testemunha faltou com a verdade sobre o que disse ter visto. Sustenta que a decisão judicial é contrária a prova dos autos e que os valores da condenação devem ser reduzidos.

Apelam os autores postulando a reforma da sentença para que sejam os valores a título de dano moral e material majorados

Houve contrarrazões.

É o relatório.

Os autores ajuizaram a presente ação de conhecimento em face da ré objetivando obter indenização a título de danos materiais e morais pelo falecimento do Sr. Nelson Alves de Farias, esposo e genitor dos autores, em decorrência de acidente de responsabilidade da requerida. Sustentaram tratar-se de hipótese de responsabilidade objetiva da ré por ser empresa concessionária de serviço público de transporte coletivo. Postularam, ao final, seja a requerida condenada ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$ 300.000,00, sendo R\$ 100.000,00 para cada um dos requerentes, bem como pensão alimentícia no valor de um

salário mínimo até a data em que o “de cujus” completaria 73 anos.

Citada, a ré apresentou contestação e reconvenção.

A ação foi julgada parcialmente procedente, e improcedente a reconvenção.

Com efeito, a autoria, em que pese negada pela requerida, ficou devidamente comprovada em audiência com o testemunho prestado pela Sra. Mariane de Andrade Costa Silva, que reside próximo ao local do acidente e afirmou ter visto que foi um ônibus da empresa ré que atropelou a vítima, e que o atropelamento ocorreu justamente no horário que o ônibus da empresa ré passa pelo ponto de ônibus existente no local.

Dessa forma, e por ausência de outras provas capazes de mitigar a força probante do que foi afirmado pela testemunha Mariane, verifica-se a presença nos autos de prova suficiente de que foi o ônibus da empresa requerida que atropelou a vítima e não prestou qualquer socorro.

Por outro lado, sendo a ré proprietária do veículo causador do acidente, cujo motorista era seu funcionário, responde por todos os danos causados, inclusive o dano extrapatrimonial, conforme art. 932, III, do Código Civil.

É fato incontroverso que o acidente de trânsito ocorrido em 07/04/12 vitimou o esposo e pais dos autores.

Ora, o evento (acidente) e a culpa são inafastáveis,

sendo certo que nas ações de reparação de danos, a responsabilidade civil da empresa de transporte é objetiva, independente de prova de culpa, bastando que se demonstre a conduta, o dano e o respectivo nexa causal, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal.

Entretanto, verifica-se também das provas dos autos que a vítima concorreu para o atropelamento. Isso porque o Perito responsável pela realização do Laudo Necroscópico, ouvido em Juízo, afirmou que o laudo toxicológico retornou positivo com indicação de 4,1 g/l de sangue para álcool, o que conduz ao entendimento de que se encontrava embriagado no momento do acidente e, assim, com seus reflexos, equilíbrio e mobilidade física prejudicados, contribuindo para o resultado, valendo lembrar que a legislação de trânsito admite nível máximo de álcool no sangue de apenas 0,6 g/l. Dessa forma, como o estado de embriaguez contribuiu para que a vítima não tivesse o reflexo e a mobilidade necessários para tentar evitar o atropelamento, contribuindo, assim, para a ocorrência do acidente, mesmo porque a parte do corpo da vítima que sofreu esmagamento (membro superiores) ficou localizada mais distante da calçada relativamente aos pés após o atropelamento, há que se reconhecer tratar-se de hipótese de culpa concorrente, conquanto tenha o perito afirmado que a causa direta da morte foi o atropelamento, não a embriaguez.

Portanto, de rigor o reconhecimento de culpa concorrente, o que impõe a redução do valor da indenização em 50%, conforme ponderado pelo magistrado sentenciante que fixou a pensão mensal em 1/3 do salário mínimo até a data que a vítima completaria 65 anos de idade.

No que toca ao dano moral, evidentemente, restou caracterizado pela perda de ente querido, cuja ausência é sentida no seio familiar, com pesar, tendo em conta a morte do esposo e pai, pessoa que é o alicerce familiar.

Dessa forma, o dano moral também é devido.

Todavia, a fixação do dano moral em R\$ 22.000,00 para cada autor deve ser majorada para R\$ 50.000,00 considerando os critérios sancionatório e compensatório da dor moral, bem como a natureza da ofensa, a repercussão dos fatos na esfera da vítima, e o grau de culpa do ofensor, tendo em conta a situação econômica das partes envolvidas. Ainda, tal valor atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evitando-se, com isso, o enriquecimento indevido da vítima e o empobrecimento injustificado da parte ofensora.

Consequentemente, dá-se parcial provimento ao apelo dos autores, para majorar o valor fixado a título de dano moral para R\$ 50.000,00, quantia a ser devidamente corrigida da data deste acórdão, com incidência de juros de mora desde o evento danoso, além dos juros moratórios devidos a partir do fato, de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1% ao mês até o pagamento, mantida a sentença no mais.

Posto isso, ao recurso dos autores é dado parcial provimento, negado ao da ré.

CLÁUDIO HAMILTON
Relator